RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS

Julho 2023

Av. Antonio Gazzola, 1001 Edifício Gaplan - Jardim Corazza
Itu/SP CEP 13301-245
Fone (11) 2715-9300 e-mail financeiro@ituprev.sp.gov.br

Sumário

1. INTRODUÇÃO 3
2. MERCADO FINANCEIRO 3
3. PATRIMÔNIO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ITU 6
4. RECURSOS ALOCADOS CONFORME RESOLUÇÃO CMN Nº 4963 de 25/11/2021 6
5. RECURSOS ALOCADOS CONFORME POLÍTICA DE INVESTIMENTO 7
6. FUNDOS ESTRESSADOS NA CARTEIRA. 8
7. ANÁLISE DE LIQUIDEZ 9
8. DISTRIBUIÇÃO POR GESTOR 10
9. DISTRIBUIÇÃO E RETORNO POR SEGMENTO 11
10. META ATUARIAL X RENTABILIDADE 13

ANEXO I Relatório Mensal de Análise dos Investimentos MAIS VALIA 07/2023

1. INTRODUÇÃO

O mês de Julho/2023 foi marcado por uma condição mais benigna em relação as condições de Mercado e em especial às perspectivas econômicas. Tal cenário propiciou bons retornos em geral nas carteiras de investimento do ITUPREV.

Trazemos nesse relatório, em relação à leitura do Cenário Doméstico um compilado da visão de gestores do BNP Paribas e da Genial Investimentos.

Assim, em conjunto com o Relatório emitido pela Mais Valia Consultoria, que segue anexo ao presente, cumpre-se as disposições normativas em especial a Portaria MTP nº 1.467 de 2 de junho de 2022, Capítulo VI, Seção V, Artigo 136º e o Manual do Pró-Gestão RPPS versão 3.4, aprovado pela Portaria SPREV nº 4.248, de 22 de dezembro de 2022.

2. MERCADO FINANCEIRO

No mês, a divulgação dos dados dos principais indicadores setoriais apresentou sinais mistos, apontando para uma heterogeneidade do desempenho dos setores, frente a um cenário macroeconômico adverso marcado por uma taxa de juro contracionista ao passo em que os indicadores de crédito seguem em trajetória de deterioração. Por um lado, a produção industrial e o setor de serviços apresentaram expansões de 0,3% m/m e 0,9% m/m, respectivamente, enquanto o índice de atividade do banco central (IBC-Br) e as vendas no varejo recuaram 2,0% m/m e 1,0% m/m, respectivamente. Na mesma direção, o monitor do PIB da FGV apontou para uma queda de 3,0% do PIB no mesmo intervalo.

De modo geral, os principais indicadores antecedentes do PIB apontam para perda de dinamismo da economia no segundo trimestre, corroborando o nosso cenário de desaceleração da atividade após uma forte leitura do PIB no primeiro trimestre puxado pela expansão do PIB da agropecuária. Esta avaliação decorre da nossa expectativa de desaceleração da demanda doméstica devido ao ambiente macroeconômico adverso, sobretudo no que diz respeito ao mercado de crédito, cuja deterioração deve continuar sendo um importante vetor limitador da expansão do consumo nos próximos trimestres. Além disso, também esperamos que diante da elevação da incerteza jurídica e econômica, a formação bruta de capital fixo entre em trajetória contracionista, visão esta que é corroborada pela leitura do monitor do PIB da FGV que registrou contração de 0,8% desta rubrica para o trimestre móvel encerrado findo em maio.

Nesse cenário, mantivemos nossa expectativa de crescimento do PIB em 0,1% t/t no segundo trimestre em relação ao primeiro e a partir do terceiro trimestre, acreditamos que a economia brasileira entre em uma recessão técnica (dois trimestres consecutivos de contração do PIB), refletindo os vetores negativos, sobretudo do lado da demanda. Para o ano de 2023, mantivemos nossa projeção de crescimento de 1,9% ao passo em que para 2024 revisamos nossa taxa de crescimento de 0,0% para 0,7%, diante da expectativa de cortes mais significativos da taxa de juros a partir de agosto.

No que diz respeito ao mercado de crédito, observa-se a manutenção da trajetória de desaceleração gradual do saldo total das concessões, iniciado em meados de 2022. Os dados divulgados referentes ao mês de junho mostram que a concessão de crédito avançou 8,9% a/a, ante 10,6% a/a no mês

imediatamente anterior, registrando o décimo terceiro resultado consecutivo de arrefecimento desta métrica, com destaque para a desaceleração da carteira de crédito livre (3,0% a/a, ante 4,2% a/a), em detrimento da linha de crédito direcionado (9,5% a/a, ante 9,7% a/a). Vale destacar que o saldo de crédito livre para as pessoas físicas o desempenho negativo no mês (-1,3% m/m) se mostrou bastante disseminado. Entretanto, a carteira de Cartão de crédito rotativo continuou a se expandir no mês, mantendo o saldo total desta carteira em um patamar consideravelmente superior à média histórica, o que deve continuar deteriorando os indicadores de inadimplência nos próximos meses devido à elevada taxa de juros cobrado nesta linha de crédito.

Por fim, embora o mercado de trabalho tenha se mostrado mais resiliente do que imaginávamos no início do ano, existem alguns indicadores de enfraquecimento, entre eles, a diminuição do número de vagas criadas e a desaceleração da renda real média dos trabalhadores. Entretanto, vale destacar que diferentemente dos primeiros meses do ano, a surpresa positiva na PNAD de junho, que registrou uma taxa de desemprego de 8,0%, ante expectativa de 8,2%, foi marcada pelo aumento da população ocupada e estabilização da taxa de participação, evidenciado um diagnóstico mais positivo para o mercado de trabalho. Porém, boa parte da sustentação da taxa de desemprego em um patamar mais baixo do que o antecipado se deve à queda na taxa de participação, que pode ser atribuída ao aumento dos programas de transferência de renda do governo a partir do segundo semestre de 2022, responsável por aumentar o salário de reserva da economia. Nesse sentido, esperamos que a combinação entre uma taxa de participação mais depreciada e de desaceleração da economia gerem uma depreciação, ainda que mais lenta ao longo do segundo semestre, de modo que, a taxa de desemprego média da economia fique em 8,3% para 2023.

Inflação e Política Monetária

Nos últimos meses, observou-se um cenário mais benigno para a trajetória de desinflação. Tal movimento está associado, entre outros fatores, com a deflação dos índices de preços ao produtor, arrefecimento das medidas mais inerciais da inflação, sobretudo ligados ao setor de serviços e aos núcleos da inflação, e à convergência das expectativas em direção a meta.

A decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) de manter o centro da meta de inflação inalterada em 3,0% para os próximos anos contribuiu para a queda das expectativas medidas pelo Focus em todos os prazos. Embora a mudança de horizonte de política monetária, de ano calendário para meta contínua, tenha sido bem recebida pelo mercado, existem riscos associados à definição do horizonte, à absorção de choques e aos critérios de avaliação da política monetária no médio prazo. Nesse sentido, a falta de um ponto de referência a ser perseguido parece tornar o regime de metas de inflação mais “frouxo”, o que pode contribuir para elevar as incertezas em relação à condução da política monetária diante da troca de diretores e da presidência no futuro, levando a uma desancoragem das expectativas de prazos mais longos.

O Índice Geral de Preços (IGP-M) já está no quarto mês seguido de deflação e deve encerrar o ano próximo a -3,0% a/a. Dos três grupos que compõe o IGP-M, a principal contribuição para esse forte arrefecimento no índice geral vem do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M). Isso se dá tanto pelo resultado do IPA agrícola, como do IPA industrial, com ambos tendo registrado deflação desde fevereiro. Em relação às commodities agrícolas, sobretudo milho e soja, a safra recorde de grãos contribuiu positivamente para a desinflação destes produtos. No que diz respeito às commodities metálicas e energéticas, com destaque para o petróleo e para o minério de ferro, o cenário externo de desaceleração global colabora positivamente para o arrefecimento de preços.

Além disso, o IPCA-15 de julho apresentou queda de 0,07%, abaixo das expectativas de -0,03%, acumulando alta de 3,2% em doze meses. Vale destacar que os núcleos de inflação arrefeceram consideravelmente, assim como todas as métricas de serviços, exceto os intensivos em trabalho, que

continuam sugerindo que o mercado de trabalho segue aquecido. Por fim, avaliamos que embora o resultado do IPCA-15 e a valorização do real frente ao dólar aumentem as apostas de corte de 0,5 p.p. na taxa Selic na reunião de agosto, avaliamos que a resiliência do mercado de trabalho somado à persistência da inflação de serviços e a desancoragem das expectativas demandam uma maior cautela no que diz respeito ao início do processo de flexibilização monetária. Dessa forma, projetamos um corte de 0,25 p.p. na reunião do Copom de agosto.

Fiscal

O Projeto de Lei do Novo Arcabouço Fiscal foi aprovado no Senado por 57 votos a 17. Nesse sentido, ocorreram algumas mudanças, entre elas, a retirada do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e as despesas com ciência, tecnologia e inovação. Além disso, a proposta inicial do governo que previa reajuste das despesas pela inflação acumulada entre janeiro e dezembro foi modificada para o período entre julho e junho, evitando que a formulação de uma projeção de inflação superestimada permita o aumento de gastos do governo.

Ademais, para compensar o fato de que o relator do projeto no Senado não conseguiu alterar o período de aferição da inflação de julho-junho para dezembro-novembro (o que abriria espaço fiscal para a Nova Versão do Programa de Aceleração do Crescimento), foi acatada uma emenda que permite incluir no Orçamento de 2024 a previsão de despesas condicionadas, que só seriam executadas após aprovação de crédito extraordinário pelo Congresso. Esse dispositivo deve evitar um corte de cerca de R$ 32 bilhões no Orçamento de 2024. Assim, após essas modificações, o projeto passará novamente pela Câmara antes de seguir para a sanção presidencial.

Por fim, as mudanças propostas se mostram relativamente pequenas e o arcabouço segue incapaz de estabilizar a dívida pública como proporção do PIB. Nesse cenário, o fator chave para o sucesso da nova regra fiscal é o aumento das receitas. Assim, vale destacar a dificuldade política de aumento de receitas e salientar que, frequentemente, o ente político que institui determinado tributo não arrecada integralmente o seu produto. Por exemplo, embora o IR e o IPI sejam impostos federais, a União fica com apenas 54% do valor arrecado e o restante é repartido entre os entes subnacionais.

No curto prazo, os indicadores fiscais apontam para uma trajetória de significativa piora do resultado primário em 2023. Pelo lado da receita, enxergamos como principais drivers os efeitos da normalização da arrecadação com receitas extraordinárias, por parte do governo central, e os efeitos da Lei Complementar do “Teto do ICMS” sobre a

arrecadação dos entes subnacionais. Pelo lado da despesa, avaliamos que a expansão dos gastos com a aprovação da PEC de Transição será um importante vetor de pressão sobre as contas públicas ao longo do ano, que já pode ser observado no aumento das despesas obrigatórias com controle de fluxo (Bolsa Família). Nesse contexto, projetamos que a relação dívida/PIB encerre o ano em 77,3% do PIB, refletindo a nossa expectativa de resultado primário do governo consolidado na ordem de 1,3% do PIB no mesmo período.

- *Leitura de Cenário doméstico e Externo elaborado com auxílio da Genial Investimentos, BNP Paribas e da Mais Valia*

3. PATRIMÔNIO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ITU

Posição Julho/2023	
Investimentos	677.111.644,34
Disponibilidades Financeiras	73.094,22
Total com Disponibilidades	677.184.738,56
Ativos Imobiliários *	93.699.471,08
Total	770.884.209,64

Fonte: Relatório Consultoria Mais Valia Julho/23

* Em cumprimento às disposições regulamentares, elaborou-se Laudo datado de 04 de agosto de 2022. confeccionado em observância às Normas Brasileiras de Avaliação de Imóveis Urbanos – ABNT NBR 14653, com o objetivo obter o valor de mercado da carteira imobiliária do ITUPREV, cujo valor total está espelhado no quadro resumo.

4. RECURSOS ALOCADOS CONFORME RESOLUÇÃO CMN Nº 4963 de 25/11/2021

Artigo	Limite (%)	Utilizado		Livre	
7º I a - Títulos TN SELIC	100,00%	30,86%	208.766.588,62	69,14%	467.622.300,73
7º I b - FI 100% Títulos TN	100,00%	18,64%	126.100.689,25	81,36%	550.288.200,10
7º III a - FI Referenciados RF	70,00%	5,09%	34.406.027,35	64,91%	439.066.195,19
7º IV - Ativos Financeiros de RF	20,00%	6,83%	46.194.433,78	13,17%	89.083.344,09
7º V a - FIDC Cota Sênior	10,00%	0,10%	663.905,13	9,90%	66.974.983,81
7º V b - Fundos de RF - Crédito Privado	10,00%	3,65%	24.676.998,37	6,35%	42.961.890,56
7º V c - Fundos de Debentures	10,00%	0,03%	195.779,38	9,97%	66.349.583,26
8º I - Fundos de Ações	40,00%	21,07%	142.522.960,59	18,93%	128.032.595,15
9º II - Constituídos no Brasil	10,00%	3,47%	23.471.574,36	6,53%	44.167.314,57
10º I - Fundos Multimercados	10,00%	4,25%	28.747.478,77	5,75%	38.891.410,16
10º II - Fundos em Participações (FIP)	5,00%	5,64%	38.158.497,90	0,64%	-4.339.053,43
11º - Fundos Imobiliários	10,00%	0,47%	3.206.710,84	9,53%	64.432.178,10

Fonte: Relatório Consultoria Mais Valia Julho/23

Em relação ao enquadramento dos recursos investidos aos limites estabelecidos pela Resolução 4963 de 25/11/2021, verifica-se que o limite do segmento de investimentos estruturados encontra-se extrapolado em 0,64% já que as aplicações dos recursos neste segmento subordinam-se ao limite global de até 15% (quinze por cento), e adicionalmente aos seguintes: II - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento em participações (FIP), constituídos sob a forma de condomínio fechado, vedada a subscrição em distribuições de cotas subsequentes, salvo se para manter a proporção já investida nesses fundos. No entanto o desenquadramento foi ocasionado por situação involuntária (desenquadramento passivo), não sendo economicamente viável a negociação em mercado secundário, nos termos do § 2º do art. 152, da PORTARIA MTP nº 1467/2022.

5. RECURSOS ALOCADOS CONFORME POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Artigos	Atual	Inferior	Alvo	Superior	GAP Superior
7º I a - Títulos TN SELIC	30,86%	0,00%	33,00%	100,00%	467.622.300,73
7º I b - FI 100% Títulos TN	18,64%	0,00%	10,00%	100,00%	550.288.200,10
7º I c - ETF 100% Títulos TN	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	676.388.889,35
7º II - Operações Compromissadas	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	33.819.444,47
7º III a - FI Referenciados RF	5,09%	0,00%	1,00%	70,00%	439.066.195,20
7º III b - FI de Índices Referenciados	0,00%	0,00%	0,00%	70,00%	473.472.222,55
7º IV - Ativos Financeiros de RF	6,83%	0,00%	5,00%	20,00%	89.083.344,09
7º V a - FIDC Cota Sênior	0,10%	0,00%	1,00%	10,00%	66.974.983,81
7º V b - Fundos de RF - CP	3,65%	0,00%	10,00%	10,00%	42.961.890,57
7º V c - Fundos de Debentures	0,03%	0,00%	1,00%	10,00%	67.443.109,56
8º I - Fundos de Ações	21,07%	0,00%	25,00%	40,00%	128.032.595,15
8º II - ETF de Ações	0,00%	0,00%	0,00%	40,00%	270.555.555,74
9º I - Renda Fixa - Dívida Ext.	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	67.638.888,94
9º II - Constituídos no Brasil	3,47%	0,00%	4,00%	10,00%	44.167.314,58
9º III - Ações - BDR Nível I	0,00%	0,00%	1,00%	10,00%	67.638.888,94
10º I - Fundos Multimercados	4,25%	0,00%	5,00%	10,00%	38.891.410,17
10º II - Fundos em Participações FIP	5,64%	0,00%	3,00%	5,00%	-4.339.053,43
10º III - Fundos de Ações	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	33.819.444,47
11º - Fundos Imobiliários	0,47%	0,00%	1,00%	10,00%	64.432.178,10
12º - Empréstimos Consignados	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	67.638.888,94

Fonte: Relatório Consultoria Mais Valia Julho/23

Nota: Em relação ao limite extrapolado (Artigo 10º. II) vide explicação no item 4 do presente Relatório.

6. FUNDOS ESTRESSADOS NA CARTEIRA DO ITUPREV

O rol de investimentos considerados "estressados" (Distressed Assets) comporta 5 (cinco) fundos de investimento na carteira do Ituprev. Tais fundos possuem em geral ativos depreciados ou problemáticos, e são continuamente monitorados e objeto de interpelações por parte dos órgãos controladores.
No quadro abaixo identifica-se os atuais administradores de tais fundos:

Nome do Fundo de Investimento	CNPJ	Instituição Administradora
Itália FIDC Multissetorial Sênior	13.990.000/0001-28	BRL Trust Investimentos
Master III FIDC Multissetorial	12.138.813/0001-21	Genial Investimentos
Maximum FIDC Multissetorial	08.845.618/0001-64	BNY Mellon Serviços Financeiros
Ouro Verde Desenvolvimento Imobiliário I FII *	19.107.604/0001-60	Planner Corretora
Premium FIDC Sênior	06.018.364/0001-85	Finaxis Corretora

O acompanhamento das principais ocorrências envolvendo tais fundos, se dá através de consulta ao site da CVM e Fundos.Net, e pelos principais veículos de informação especializados em Investimentos (Valor Econômico, Bloomberg, Investing.com etc...). As seguintes ocorrências merecem destaque:

ITÁLIA FIDC MULTISSETORIAL **Gestor: Vila Rica Gestora de Recursos Ltda**

Informe Mensal Estruturado Referência 06/2023 Divulgação: 12/07/2023

Informe Trimestral Referência 06/2023 Divulgação: 19/07/2023

MASTER III FIDC MULTISSETORIAL **Gestor: Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda.**

Informe Mensal Estruturado Referência: 06/2023 Divulgação: 12/07/2023

MAXIMUM FIDC MULTISSETORIAL

Informe Mensal Estruturado Referência: 06/2023 Divulgação: 13/07/2023

OURO VERDE DESENVOLVIMENTO

Informe Mensal Estruturado Referência: 06/2023 Divulgação: 12/07/2023

FIDC PREMIUM

AGE Divulgação: 27/07/2023

Informe Mensal Estruturado Referência: 05/2023 (V2) Divulgação: 20/07/2023

Informe Mensal Estruturado Referência: 06/2023 Divulgação: 13/07/2023

A Diretoria do Ituprev também recebeu e analisou os seguintes documentos:

a) Relatório do 2º. Semestre de 2023 do BTG Pactual Infraestrutura II FIP;

b) Relatório do 2º. Semestre de 2023 do BTG Pactual FIP Economia Real

Além do acompanhamento dos fundos considerados estressados, há por parte da Diretoria do Ituprev, o monitoramento sistemático dos Fundos de Investimento que compõem a Carteira e que apresentem ocorrências que sinalizem para a necessidade de adoção de medidas preventivas a fim de mitigar eventuais riscos. O desempenho descolado do Benchmark, fatos relevantes, notícias depreciativas envolvendo o gestor ou administrador dos fundos ou dos ativos, são exemplos de indicadores que ensejam por parte do ITUPREV cuidados adicionais.

Além de ocorrências que sinalizem alertas em relação aos investimentos, o acompanhamento preventivo e a prática da *due diligence* se dá a qualquer tempo. Neste sentido no mês de Julho/2023 a Diretoria Financeira esteve reunida com os gestores da Claritas Investimentos a fim de verificar as estratégias adotadas, a compliance, o entendimento do gestor e as perspectivas em relação ao desempenho do fundo de investimento CLARITAS VALOR FEEDER FIC AÇÕES.

O ITUPREV não detectou na diligência realizada fatores de riscos além daqueles próprio do investimento e entendeu que o Gestor adotou medidas a fim de reposicionar a carteira de investimentos do fundo à nova realidade do mercado.

7. ANÁLISE DE LIQUIDEZ - JULHO/2023

Disponibilidade	Valor	%
Até D+30	352.040.214,98	51,99
Até D+180	7.468.310,01	1,1
Até D+360	0	0
Até D+720	39.962.037,40	5,9
Até D+1800	23.196.436,06	3,43
Até D+3600	62.851.291,24	9,28
Acima D+3600	151.430.597,05	22,36
Indeterminado	40.235.851,88	5,94

Fonte: Relatório Consultoria Mais Valia Julho/23

Em razão à liquidez, os investimentos analisados estão com a disponibilidade compatíveis com a necessidade identificada através da ASSET LIABILITY MANAGEMENT – ALM do ITUPREV (disponível em https://ituprev.sp.gov.br/alm/), comportando espaço para eventual alongamento da carteira.

8. DISTRIBUIÇÃO POR GESTOR

TESOURO NACIONAL	208.766.588,62
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S. A	84.122.160,69
BTG PACTUAL GESTORA DE RECURSOS	63.289.469,53
AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA	47.756.944,72
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	28.596.141,94
SANTANDER BRASIL GESTÃO	26.525.355,28
ICATU VANGUARDA GESTÃO	22.234.170,53
OCCAM BRASIL GESTÃO	20.119.375,08
XP ALLOCATION ASSET MANAGEMENT	17.605.858,81
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT	13.926.093,52
BANCO J. SAFRA S. A	13.146.033,22
ARX INVESTIMENTOS LTDA	11.664.934,26
KINEA INVESTIMENTOS LTDA	11.278.759,02
RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA	11.014.652,00
SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT.	9.908.347,13
PLURAL INVESTIMENTOS GESTÃO DE R	9.244.345,22
BRAM – BRADESCO ASSET MANAGEME	7.160.082,55
SOMMA INVESTIMENTOS S.A	6.307.881,20
CLARITAS ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS	5.438.986,46
CAIXA DTVM	5.196.002,99
PLANNER CORRETORA DE VALORES S.	2.932.757,74
ALASKA INVESTIMENTOS LTDA	2.029.323,55
KINEA PRIVATE EQUITY INVESTIME	1.989.041,37
PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS	598.226,14
BNY MELLON SERVIÇOES FINANCEIRA	48.107,81
VILA RICA CAPITAL GESTORA DE RECURSOS	17.074,36
GENIAL GESTÃO LTDA	496,82

Fonte: Relatório Consultoria Mais Valia Julho/23

9. DISTRIBUIÇÃO E RETORNO POR SEGMENTO

RENDA FIXA	Saldo	Retorno $	Retorno %	Risco - VaR
TÍTULOS PÚBLICOS	208.766.588,62	1.234.478,11	0,59%	-
BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	2.313.525,82	29.707,59	0,28%	0,01%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	8.161.176,90	76.265,20	0,94%	0,66%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	5.115.051,30	34.996,93	0,69%	2,28%
BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	13.800.046,47	92.553,51	0,68%	1,58%
BB IPCA III FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO	11283416,69	109466,7	0,98%	0,53%
BB IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	15.464.509,09	161.981,74	1,06%	0,16%
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	102.890,62	60.836,70	0,61%	1,06%
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2024 FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	12.238.136,79	129.061,29	1,07%	0,42%
BB TÍTULOS PÚBLICOS X FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	4.408.274,12	45.959,46	1,05%	0,42%
BRADESCO PERFORMANCE INSTITUCIONAL FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	2.075.367,33	25.051,64	1,22%	0,09%
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	5.084.715,22	59.462,45	1,18%	0,06%
BTG PACTUAL 2024 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	2.805.778,36	29.705,34	1,07%	0,41%
BTG PACTUAL INFRA-B FI INFRA RENDA FIXA	195.779,38	1.066,87	0,49%	18,66%
BTG PACTUAL TESOURO CURTO FI RENDA FIXA REFERENCIADO IPCA	27.755.414,62	263.078,10	0,96%	0,74%
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	7.716.671,69	80.736,34	1,06%	0,42%
CAIXA BRASIL 2024 VI TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	6612004	69000,28	1,05%	0,42%
CAIXA BRASIL 2030 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	13.495.208,88	95.328,08	0,71%	1,57%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	772.257,37	6.140,43	0,80%	0,0155
ITÁLIA FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR 1	17.074,36	162,73	0,96%	-
LETRA FINANCEIRA BTG	25.095.421,54	92.517,73	0,37%	-
LF BTG 18/05/2026 IPCA + 6,10%	15.216.526,79	73.366,19	0,48%	-
LF BTG 26/05/2025 IPCA + 6,93%	5882485,45	27985,91	0,48%	-
MASTER III FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR 1	496,82	231,56	87,30%	-
MAXIMUM FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR 7	48.107,81	-601,87	-1,24%	-
PREMIUM FIDC SÊNIOR 1	598.226,14	-2.827,80	-0,47%	0,06%
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	8.135.700,07	84.024,29	1,04%	0,01%
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	13.207.739,84	148.207,05	1,13%	0,02%
SANTANDER IRF-M1 PREMIUM FI RENDA FIXA	10.297.972,05	107.092,85	1,05%	0,16%
SOMMA TORINO FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	6.307.881,20	81.753,29	1,31%	0,17%
SAFRA EXTRA BANCOS FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	5.010.333,15	10.333,15	0,21%	0,01%
SANTANDER IMA-B 5+ PREMIUM FIC RENDA FIXA	3.019.643,39	19.643,39	0,65%	2,30%
-	441.004.421,88	3.246.765,23	0,74%	0,27%

Fonte: Relatório Consultoria Mais Valia Julho/23

RENDA VARIÁVEL	Saldo	Retorno $	Retorno %	Risco - VaR
ARX INCOME INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	11.664.934,26	406.631,11	3,61%	7,34%
AZ QUEST AÇÕES FIC AÇÕES	12.869.100,67	578.548,89	4,71%	9,32%
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	24.702.749,06	977.495,05	4,12%	8,72%
AZ QUEST SMALL MID CAPS INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	10.185.094,99	357.087,11	3,63%	7,93%
BB AGRO FIC AÇÕES	11.235.132,89	436.374,48	4,04%	6,98%
BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	8757116,3	260.364,59	3,06%	7,52%
CLARITAS VALOR FEEDER FIC AÇÕES	5.438.986,46	231.466,51	4,44%	7,52%
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FI AÇÕES	22.234.170,53	703.541,63	3,27%	6,75%
OCCAM FIC AÇÕES	20.119.375,08	558.438,95	2,85%	8,94%
PLURAL DIVIDENDOS FI AÇÕES	3.378.629,67	55.654,24	1,67%	5,94%
SCHRODER BEST IDEAS FI AÇÕES	9.908.347,13	317.501,98	3,31%	7,86%
ALASKA INSTITUCIONAL FI AÇÕES	2.029.323,55	29.323,55	1,47%	8,62%
TOTAL	142.522.960,59	4.912.428,09	3,57%	7,94%
ESTRUTURADOS	**Saldo**	**Retorno $**	**Retorno %**	**Risco - VaR**
BB VOTORANTIM ENERGIA SUSTENTÁVEL II FIP INFRAESTRUTURA - ESUD11	107.397,23	632,83	0,59%	0,0011
BTG PACTUAL ECONOMIA REAL FIP MULTIESTRATÉGIA	20.447.893,02	-34.694,99	-0,17%	-
BTG PACTUAL ECONOMIA REAL II FIP MULTIESTRATÉGIA	705.961,93	-10.830,34	-1,51%	-
BTG PACTUAL II FICFIP INFRAESTRUTURA	32.228,44	-742,63	-2,25%	0,11%
BTG PACTUAL TIMBERLAND FUND I FICFIP	2.369.316,06	-3.623,90	-0,15%	-
BV ATUARIAL FI MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO	12.536.823,78	158.472,74	1,28%	0,95%
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES VI FIC MULTIMERCADO LP	5.196.002,99	88.245,96	1,73%	0,0332
KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FIP MULTIESTRATÉGIA	11.224.787,34	608,10	0,01%	-
KINEA PRIVATE EQUITY V FEEDER INSTITUCIONAL I FIP MULTIESTRATÉGIA	1.989.041,37	-15984,89	-0,80%	-
NOVA RAPOSO FIP MULTIESTRATÉGIA - NVRP11	1.281.872,51	-840,89	-0,07%	0,00%
RIO BRAVO PROTEÇÃO FI MULTIMERCADO	11.014.652,00	214.934,00	1,99%	4,10%
TOTAL	66.905.976,67	396.175,99	0,60%	1,11%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	**Saldo**	**Retorno $**	**Retorno %**	**Risco - VaR**
BTG PACTUAL CORPORATE OFFICE FUND FII - BRCR11	219.981,42	3.181,08	1,47%	7,68%
KINEA II REAL ESTATE EQUITY FII - KNREI	53.971,68	-5.782,68	-9,68%	24,45%
OURO VERDE DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO I FII - ORPD11	2.932.757,74	-4.399,80	-0,15%	0,00%
TOTAL	3.206.710,84	-7.001,40	-0,22%	0,94%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	**Saldo Atual**	**Retorno $**	**Retorno %**	**Risco - VaR**
AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOMY ADVISORY INVEST NO EXT FIC	6.480.718,85	373.746,12	6,12%	7,19%
GENIAL MS US GROWTH INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	5.865.715,55	304.998,02	5,48%	12,76%
NORDEA GLOBAL STARS DÓLAR ADVISORY INVEST NO EXT FIC AÇÕES	11.125.139,96	178.607,27	1,63%	5,39%
TOTAL	23.471.574,36	857.351,41	3,79%	5,17%

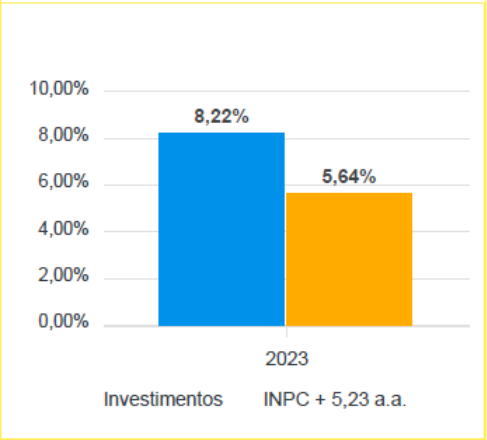
Fonte: Relatório Consultoria Mais Valia Julho/23

Em relação ao retorno observado na carteira de forma segmentada, pode-se destacar que com exceção dos Fundos Imobiliários, os segmentos apresentaram desempenho ACIMA da Meta Atuarial para o mês.

10. META ATUARIAL X RENTABILIDADE

Mês	Retorno $	Retorno Acumulado $	Retorno %	Retorno Acumulado %	Meta %	Meta Acumulado %	Meta x Retorno Acumulado %	Risco - VaR
Janeiro	10.240.456,70	10.240.456,70	1,68%	1,68%	0,91%	0,91%	184,62%	3,21%
Fevereiro	-5.691.219,67	4.549.237,03	-0,92%	0,75%	1,14%	2,06%	36,41%	3,01%
Março	5.741.516,03	10.290.753,06	0,93%	1,68%	1,11%	3,19%	52,66%	2,56%
Abril	5.106.377,54	15.397.130,60	0,81%	2,51%	0,90%	4,11%	61,07%	2,30%
Maio	9.925.407,43	25.322.538,03	1,56%	4,11%	0,81%	4,95%	83,03%	1,92%
Junho	16.290.029,37	41.612.567,40	2,51%	6,72%	0,33%	5,30%	126,79%	2,19%
Julho	9.405.719,32	51.018.286,72	1,41%	**8,22%**	0,34%	**5,64%**	**145,74%**	2,23%

O mês de Julho apresentou a evolução do percentual de atingimento da Meta Atuarial, que passou de 126,79 % em Junho de 2023 para 145,74%. No acumulado o retorno da carteira está em **8,22%,** percentual este acima da meta atuarial para o período (5,64%).



PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Investimentos do ITUPREV reunido em 30 de agosto de 2023, analisou e atestou a conformidade do relatório de investimentos referente ao mês de JULHO DE 2023 quanto à rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do ITUPREV e da aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos.

_____

Ruy Jacques Ceconello
Presidente do Comitê de Investimentos - CP RPPS DIRIG I / CP RPPS CGINV I

_____

Ricardo Antônio Bortolini
Diretor Financeiro - CP RPPS CGINV III – CPA 20

_____

Daniel Luiz Aparecido Paiva – CPA 10
Membro do Comitê

_____

Marcio Roberto Fernandes Coelho - CGRPPS – APIMEC
Membro do Comitê

_____

Robson Roberto da Silva - CGRPPS – APIMEC
Membro do Comitê

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, considerando os dados constantes no relatório mensal de investimentos apresentado e as explicações dos gestores, APROVOU o relatório de investimentos referente ao mês de JULHO DE 2023, conforme registro na ata de reunião realizada no dia 31 de Agosto de 2023, assinado pela Presidente do Conselho, representando os demais conselheiros, conforme previsto no Art. 14 da Resolução 002/2021 do Ituprev.

_____

LUCIANA DE CASSIA WILLAR

Presidente do Conselho Fiscal